



AEDOS Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Escravidão e Negros em livros didáticos de História

Olgário Paulo Vogt¹

Meline de Barros Brum²

Resumo: O livro didático de história, de longa data, constitui-se em importante instrumento pedagógico, principalmente para estudantes de escolas públicas, que, muitas vezes, o tem como principal material de consulta. Este artigo visa analisar como a escravidão e os negros eram retratados em livros didáticos de Ensino Médio no início da década de 1980. Para tanto, foi realizada uma pesquisa em livros de História do Brasil utilizados no então 2º Grau e verificada a forma como seus autores abordavam o tema. Posteriormente, comparam-se esses livros didáticos com outros utilizados atualmente. Percebeu-se que, transcorridas apenas três décadas, houve profunda alteração nos conteúdos relacionados à escravidão e ao negro em livros didáticos de história. Os novos enfoques teóricos-metodológicos sobre a escravidão e a implantação de políticas públicas (Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e as leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.635, de 10 de março de 2008) são apontados como responsáveis pelas alterações ocorridas.

Palavras-chave: Ensino de história; Livros didáticos; Escravidão.

Abstract: The long-standing history textbooks constitute an important pedagogical instrument, mainly for students of public schools, who often have them as the main material for consultation. The goal of this study is to assess how slavery and Blacks were portrayed in textbooks of secondary education in the early 1980s. To this end, a research was conducted on Brazilian history textbooks used in secondary schools in order to assess the way their authors addressed the topic. Subsequently, these textbooks were compared with those used today. It was found that, just after three decades, there have been profound changes in the contents related to slavery and Blacks in history textbooks. The new theoretical-methodological approaches to slavery and the implementation of public policies (National Textbook Program, and laws No. 10,639 of January 9th, 2003 and No. 11,635 of March 10th, 2008) are considered responsible for those changes.

Keywords: History teaching; Textbooks; Slavery.

Introdução

O ensino de História no Brasil, ao longo do tempo, está marcado pela historiografia, pelas alterações que a educação sofre e pelas características sociais e políticas de cada período

¹ Professor de História do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Contato: olgario@unisc.br

² Professora da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. Contato: melinebrum@yahoo.com.br

histórico (SOUZA; PIRES, 2010). O livro didático acompanha, *pari passu*, essas modificações que se dão no ensino.

Nos últimos anos, sob vários enfoques, o ensino de História vem se constituindo em relevante objeto de trabalhos acadêmicos. Na medida em que se multiplicaram as pesquisas, aumentaram também, substancialmente, as publicações sobre o tema. Assim como recentemente acentuaram-se os estudos que utilizam o livro – aí incluído o livro didático – como fonte ou documento de pesquisas históricas e educacionais. Essas pesquisas são influenciadas, principalmente, pelas análises feitas por Roger Chartier (1999; 2009). Esse autor baliza boa parte dessa produção historiográfica, sobretudo aquela que se fundamenta nos processos de produção, de circulação e de recepção de livros.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que é importante refletir a respeito da produção do conhecimento histórico processado via livros didáticos. Ele se constitui em

(...) um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leituras muito diversas. (MIRANDA; LUCCA, 2004, p. 124).

O presente artigo procura verificar como a escravidão e os negros eram retratados em livros didáticos de História do Brasil no 2º Grau (atualmente Ensino Médio) na primeira metade da década de 1980. Aquela época foi marcada pela luta política contra a ditadura militar e pela redemocratização do país, pela ascensão de movimentos sociais e pela reivindicação de mudanças na educação, particularmente no ensino de História. É naqueles anos que demandas de grupos sociais – mulheres, negros, índios e outros – passaram a ganhar força. A documentação empírica analisada é constituída por três manuais bastante utilizados em escolas situadas no Município de Santa Cruz do Sul/RS, naquele período. Para dar uma maior consistência ao estudo, comparam-se os livros didáticos utilizados mais recentemente com aqueles da década de 1980. A metodologia empregada passa pela análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Dentre as técnicas de análise de conteúdo, tomou-se a análise temática. De acordo com Minayo (1999, p. 209), “qualitativamente a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso”.

O livro didático no Brasil e as políticas educacionais

A História enquanto disciplina escolar surgiu no Colégio Dom Pedro II, em 1838, no Rio de Janeiro. Inicialmente, não existia uma política nacional de ensino de história e de distribuição de livros didáticos nacionais. O modelo de ensino existente era inspirado no modelo vindo da França. Os livros utilizados eram traduções de compêndios franceses. Na ausência de traduções, apelava-se para os próprios manuais escritos no vernáculo francês (NADAI, 1992/93). Com isso, a história predominante era a da Europa Ocidental, e a história do Brasil era estudada apenas em algumas poucas aulas no final do Ginásio, consistindo no repositório de biografias de pessoas ilustres, de datas e de batalhas julgadas importantes.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB foi fundado em 1838. Seu objetivo era o de organizar e guardar a história nacional. Os autores de materiais didáticos do século XIX eram professores do Colégio Dom Pedro II e ligados ao IHGB. Esses professores não tinham formação na área pedagógica, sendo médicos, advogados, jornalistas e outros. Entre os anos de 1870 e 1880, surgiu uma nova geração de autores que possuíam, na maioria das vezes, experiências pedagógicas vindas de cursos primários, secundários, ou provenientes de escolas normais voltadas para a formação de professores (XAVIER; CUNHA, 2011).

Como explica Flávia Caimi (2002), é somente a partir da década de 1930 que os livros didáticos passaram a ser efetivamente produzidos no país. Isso aconteceu devido à crise de 1929, que encareceu a importação e obrigou o desenvolvimento de uma política de produção de compêndios didáticos durante o governo de Getúlio Vargas. Nesse período, a reforma no sistema de ensino promovido pelo ministro Francisco Campos promoveu uma centralização da educação e o fortalecimento da unidade nacional.

Em 1938, como reflexo da ditadura do Estado Novo instaurada no ano anterior, houve um decreto que definiu o que seria um livro didático e também estabeleceu a Comissão Nacional do Livro Didático – CNLD, que controlava e analisava o que era produzido no país. No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, existia a Comissão Estadual do Livro Didático - CELD que exercia, basicamente, a mesma função (CAIMI, 2002). De acordo com Alaíde Oliveira (1980, p.13), entendia-se que

Compêndios são livros que expõem total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º: livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático.

Na década de 1960, mais especificamente após o golpe civil-militar de 1964, o ensino de História e os livros foram colocados a serviço do regime ditatorial, que tinha por finalidade

“a formação de cidadãos dóceis, obedientes e ordeiros” (NADAI, 1993, p. 158). Houve, então, uma ruptura com o modelo de ensino humanístico francês. Em seu lugar, foi adotado o modelo norte-americano, que visava a uma educação focada na economia e na política. Entre 1964-1969, surgiu a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED, baseada em acordos entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e o governo americano. O novo órgão decidia a política e os conteúdos a serem estudados nos livros didáticos, enquanto o MEC apenas os publicava (CAIMI, 2002). Ainda durante a ditadura, por meio da lei 5692, de 1971, as disciplinas de História e Geografia, até então separadas, foram reunidas em uma única disciplina.

A distribuição de livros didáticos gratuitos em território nacional surgiu mediante incentivos fiscais, investimentos no setor editorial e no parque gráfico nacional, que exerceram um importante papel no processo de massificação do uso do manual didático. Em 1985, foi criado o PNLD. Com ele, ocorreu a aquisição e a distribuição gratuita de manuais, das diferentes disciplinas, para as escolas públicas de todo o Brasil.

Em 1993, foi criado pelo MEC um grupo de trabalho para avaliar a qualidade dos livros didáticos produzidos pelas diversas editoras do país (SILVA; FONSECA, 2010). Desde 1996, os livros distribuídos pelo PNLD passam por avaliação sistemática por parte do MEC. Desde então, foi estipulado que os livros adquiridos com verbas públicas para a distribuição em escolas estariam sujeitos a inscrição e avaliação prévias, consoante regras estipuladas em editais específicos (MIRANDA; LUCCA 2004). O processo de avaliação, marcado por tensões, críticas e confrontos de interesses diversos, sofreu aperfeiçoamentos. Atualmente segue os seguintes passos: adesão das escolas; editais; inscrição das editoras; triagem e avaliação; guia do livro; escolha; pedido; aquisição; produção; análise de qualidade física; distribuição; recebimento³ (FNDE, 2014).

As avaliações das obras, feitas por especialistas das respectivas áreas de conhecimento indicados pelo MEC, são publicadas no Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político-pedagógico.

O livro didático, dessa forma, tornou-se cobiçado produto mercadológico. Sobre o livro didático visto como mercadoria, André Mendes Salles (2011, p. 9) afirma que:

Como produto mercadológico, o livro didático sofre também a influência do mercado editorial, que como demonstram pesquisas recentes, tem um papel

³ O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLDEM), criado em 2004, tem, basicamente, a mesma forma política de execução.

preponderante no resultado final do livro. (...) O livro didático pode ser analisado sob a perspectiva mercadológica, uma vez que representa, desde algum tempo, um importante ramo para as editoras e hoje, indubitavelmente, a atividade mais rentável do setor editorial brasileiro, cujo maior comprador é o Estado.

Em 1996, foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, que unificou os currículos e criou avaliações do ensino nacional. Em 1997, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs e o governo adotou uma série de medidas que provocaram mudanças na educação brasileira, particularmente nas disciplinas de História e Geografia. Essas disciplinas sempre foram vistas com bastante atenção pelos governantes, devido ao fato de valorizarem a reflexão e o pensamento crítico dos alunos (FONSECA, 2003).

Os PCNs foram uma tentativa de indicar o que da cultura brasileira e da sua memória seria mais adequado lecionar às novas gerações que frequentassem escolas em diferentes realidades socioculturais do país. Eles reforçaram a preocupação com a inclusão da diversidade cultural no currículo de História. Diretrizes e textos curriculares, como elementos de políticas educacionais, são vinculadores de ideologias, de propostas culturais e pedagógicas com grande poder de penetração na realidade escolar (FONSECA, 2003).

A Lei Federal 10.639/03, sancionada em 09 de Janeiro de 2003, tornou obrigatório o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio de todo o país. Essa norma previa, dentre outras que:

Art. 26 - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003).

A Lei 10.639 foi, posteriormente, alterada pela Lei 11.635, de 10 de março de 2008, que acrescentou a obrigatoriedade dos estudos referentes à cultura indígena. José Ricardo Oriá Fernandes (2005, p. 382), ao tratar da importância de se estudar a história do negro brasileiro, afirma que

Somente o conhecimento da história da África e do negro poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da autoestima de milhares de crianças e jovens que se veem marginalizados por uma escola de padrões eurocêtricos, que nega a pluralidade étnico-cultural de nossa formação.

As novas Diretrizes Curriculares de Educação Básica (2013) propõem que a cultura negra e indígena seja trabalhada nos diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino médio, incluídas em meio a todas as disciplinas do currículo, em especial, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. No ensino superior, propõe que seja trabalhada em uma disciplina específica e comum à maioria dos cursos, História e Cultura Afro-Brasileira, em especial nos cursos de licenciatura que formam professores.

Como se procura demonstrar neste texto, o guia didático e a recente legislação tiveram profundo impacto na forma e no conteúdo dos livros de História destinados à escola pública brasileira.

Relação entre o professor e o livro didático

Apesar dos enormes progressos feitos ultimamente, muitos professores ainda são dependentes do livro didático para lecionar devido a uma série de fatores: formação acadêmica deficitária; carga horária de trabalho excessiva, o que prejudica o planejamento e a preparação de aulas; muitas turmas diferentes para lecionar; falta de tempo e hábito de leitura; ausência de condições para se capacitar; inexistência de reflexão e discussão teórica nas escolas. Em função disso, o livro, algumas vezes, é visto como objeto central da aula, e não como um instrumento de pesquisa para o aluno.

O livro, além de conteúdo, traz exercícios e testes a serem aplicados aos alunos, propostas de como trabalhar determinada temática, reunindo, em um único suporte, imagens, documentos, ilustrações e mapas. É um legítimo “auxiliar do professor” e objeto detentor da transposição didática do conhecimento histórico, da academia para a sala de aula, que convém ser apropriado pelo aluno. Nesse sentido, o livro, em algumas situações, é seguido ao pé da letra e seus conteúdos aplicados sem maiores questionamentos ou adaptações à realidade da turma e aos objetivos que deveriam ser propostos pelo professor. Circe Bittencourt (1998, p. 73) afirma que:

Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo. As práticas de leitura do livro didático não são idênticas e não obedecem necessariamente às regras impostas por autores ou editores ou por instituições governamentais.

Dessa forma, pode-se compreender que o livro didático deve ser utilizado como instrumento de pesquisa do aluno em sala de aula ou em casa, e não do professor. O professor deve tomar para si a responsabilidade de conduzir o processo pedagógico de sua aula, e não deixar essa condução para o livro didático.

Sendo um mediador entre o aluno e o livro didático, o professor precisa estar seguro de sua própria concepção de história, para interagir qualitativamente com qualquer metodologia de ensino ou instrumento didático – pedagógico que se lhe apresente. (CAIMI, 2002, p. 29).

Os alunos, quando chegam à sala de aula, já trazem consigo um conjunto de saberes históricos apreendidos com a família, assistindo televisão ou por outros meios e grupos. O professor deve saber valorizar esse conhecimento e utilizá-lo, na medida do possível, em sala de aula para que os alunos construam conhecimento. Para Fonseca (2003, p. 37),

Os saberes históricos, os valores culturais e políticos são transmitidos na escola a sujeitos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores, atitudes e comportamentos adquiridos nos outros espaços educativos. Isso implica a necessidade de nós professores, incorporamos no processo de ensino e aprendizagem outras fontes de saber histórico, tais como o cinema, a TV, os quadrinhos, a literatura, a imprensa, as múltiplas vozes dos cidadãos e os acontecimentos cotidianos. O professor, ao diversificar as fontes e dinamizar a prática de ensino, democratiza o acesso ao saber, possibilita o confronto e o debate das diferentes visões, estimula a incorporação e o estudo da complexidade da cultura e da experiência histórica.

Assim como os alunos, os livros didáticos veiculam um saber histórico próprio, com base na visão do autor (responsável por selecionar os fatos, as imagens e os textos que julga ser importantes), da editora e das políticas educacionais vigentes. A esse respeito, Caimi (2002, p. 30) assevera que

(...) o livro didático não é neutro do ponto de vista teórico, metodológico e ideológico, trazendo em si condicionamentos marcados pela concepção de mundo e lugar social do autor, pelas políticas educacionais em termos de currículos e programas, pelo mercado editorial, etc.; envolve diferentes segmentos no processo de elaboração, distribuição e consumo – autores, editoras, Estado, professores, alunos. Assim, o livro é uma questão que não se restringe a questões pedagógicas, mas que tem implicações políticas, econômicas, ideológicas e teóricas.

Atualmente, os alunos costumam ter acesso a novas tecnologias, como o uso da *internet*, para fazer pesquisa sobre diversos temas. Nos anos 1980, costumavam pesquisar em bibliotecas e, principalmente, fazer uso do livro didático. Mas, apesar de muitos alunos terem

acesso a novos recursos de informação e comunicação, o livro didático ainda ocupa lugar de destaque na escola e nos lares dos alunos.

Livros didáticos de História no início da década de 1980

Nesta pesquisa, que visa verificar como os escravos e os negros eram retratados nos livros didáticos de História na primeira metade da década de 1980, foram analisados alguns dos compêndios mais utilizados em escolas de Ensino Médio do Município de Santa Cruz do Sul. As obras compulsadas são, todas elas, de História do Brasil.

O primeiro livro verificado é “História do Brasil”, de Elias Esaú e Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto, do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, IBEP, de 1984. A presença do negro no livro ocorre na abordagem dos conteúdos apresentados conforme QUADRO 1.

QUADRO 1: Presença do negro no livro didático “História do Brasil”

CAPÍTULOS	SUBCAPÍTULOS
O século das navegações	- A expansão portuguesa
A colonização litorânea: a fixação na terra	- As fazendas e as vilas
O povoamento e a ocupação do interior	- A expansão bandeirante e o povoamento do interior
O longo caminho para a independência	- O Brasil e Portugal em meados do século XVIII - Os movimentos de independência - A transferência da corte portuguesa
O primeiro reinado	- A abdicação
O segundo reinado (a fase da ascensão)	- A economia do Segundo Reinado - Panorama da 2ª fase
O segundo reinado (a fase do declínio)	- A abolição e a propaganda republicana

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de ESAÚ; PINTO, 1984.

Esse livro, no tocante à metodologia, pode ser classificado como cronológico (organiza os conteúdos conforme a época em que ocorreram) e linear (segue uma linha de

acontecimentos). Ele não remete os alunos a reflexões mais complexas devido a sua tendência descritiva e informacional dos conteúdos. Os exercícios que são propostos no final dos capítulos são de “complete a frase” ou de “enumere a segunda coluna de acordo com a primeira”. Esses tipos de exercícios são de fixação de conteúdo. Destacam-se, na obra, reproduções de imagens em que o aluno consegue visualizar a presença de negros em determinados contextos históricos. Eles aparecem retratados nos principais capítulos que tratam do Brasil colonial e imperial. A partir daí desaparecem do livro.

A segunda obra analisada é “História do Brasil: da Colônia à República”, de Elza Nadai e Joana Neves, da Editora Saraiva, de 1982. O negro, conforme pode ser analisado pelo QUADRO 2, aparece também, predominantemente, durante o Brasil Colônia e Império.

QUADRO 2: Presença do negro no livro didático “História do Brasil: da Colônia à República”

CAPÍTULOS	SUBCAPÍTULOS
Mercantilismo e colonização: agro manufatura do açúcar	- O tráfico negreiro e o monopólio português - O sistema mercantilista e a escravidão africana - A agro manufatura do açúcar - A montagem - A unidade produtora: o engenho - O engenho e a escravidão - A sociedade açucareira - A resistência negra: as formas de luta - Leitura Complementar (Posição social da mulher na ordem escravocrata senhorial e sua sobrevivência na sociedade atual)
A idade do ouro	- A extração do ouro e os primeiros arraiais - As gerais como centro polarizador da economia colonial - O distrito Diamantina e o arraial do Tijuco - A vida social nas minas
Apogeu e crise do sistema colonial	- A reorganização do comércio colonial
O processo de independência	- As alternativas políticas para o Brasil em 1822
A organização de um Império liberal no Brasil	- A escravidão e o latifúndio

O Segundo Reinado: estabilidade e mudanças	- A organização social - A abolição do tráfico negreiro - A abolição da escravidão - A campanha abolicionista - Leitura complementar (O mito da democracia racial no Brasil)
---	--

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de NADAI; NEVES, 1982.

Nesse manual predomina a metodologia cronológica e linear. O livro, além do texto básico, apresenta, em cada um dos capítulos, uma leitura complementar que tem o fito de ampliar o tratamento de algum dos assuntos abordados e promover propostas de estudo. Essas propostas de estudo visam servir de guia para o aluno compreender mais facilmente o conteúdo e fixar o que acabou de estudar.

Os negros aparecem na obra praticamente só durante a época da escravidão. Aparecem ainda, com destaque, em dois textos complementares: um, de Heleieth Saffioti, no qual é abordada a posição social da mulher na ordem escravocrata senhorial e sua sobrevivência na sociedade atual; outro, de Emília Viotti da Costa, no qual é feita uma crítica ao mito da democracia racial no Brasil.

O terceiro livro compulsado é “História do Brasil: para uma geração consciente”, de Gilberto Cotrim, da Editora Saraiva, de 1985. Nesse manual, o negro aparece ao serem abordados os conteúdos que aparecem no QUADRO 3.

QUADRO 3: Presença do negro no livro didático “História do Brasil: para uma geração consciente”

CAPÍTULOS	SUBCAPÍTULOS
Os fundamentos da economia colonial dos primeiros tempos	- A empresa açucareira e o tráfico negreiro - O engenho do açúcar - As estrutura social no engenho
Os elementos étnicos e a formação sociocultural do Brasil	- O mito da democracia racial - O elemento negro - A história de Palmares
A expansão territorial e a fixação das fronteiras	- A procura do ouro

A época do ouro no Brasil	- A sociedade mineira - A produção de diamantes
As principais rebeliões coloniais	- O sentido das rebeliões coloniais - A conjuração Baiana
O processo de emancipação política do Brasil	- A abertura dos portos e outras medidas de D. João
O período regencial	- As rebeliões do período regencial
O segundo reinado	- A situação econômica do Império - Panorama da indústria e dos transportes - A abolição da escravidão

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de COTRIM, 1985.

No tocante à metodologia adotada, trata-se de mais uma obra cronológica e linear. Propõe uma reflexão maior aos alunos, no entanto, não apresenta nenhum exercício. No final de cada capítulo, traz um resumo do que foi estudado, uma cronologia e um texto complementar de algum historiador, sendo, então, aprofundado algum dos temas abordados. Os negros aparecem praticamente só durante o período da escravidão, em assuntos variados.

Nos livros pesquisados dos anos 1980, o negro é sempre analisado no coletivo e nunca como sujeito. E como escravo. Era tido como mercadoria, objeto e mão de obra do regime escravista de produção. Os livros didáticos, dessa forma, reproduzem o discurso historiográfico do período. Nesse sentido,

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-se sujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas. (CORRÊA, 2000, p. 87).

Dentre os manuais didáticos analisados, o compêndio de Elza Nadai e Joana Neves é o que melhor retrata a resistência negra. O livro traz um panorama da resistência à escravidão que vai além dos quilombos, sendo o único entre os analisados que explicita que as lutas armadas e as sublevações de negros evidenciam a revolta dos africanos contra a escravidão. Enfatiza que os negros não eram passivos e que lutavam contra o cativo; que reagiam e fugiam sempre que possível da condição cativa.

Os livros de Elza Nadai e Joana Neves e o de Gilberto Cotrim fazem referência ao mito da democracia racial no Brasil. A concepção de democracia racial, ou seja, a noção de que todas as etnias viviam no país em completa harmonia, e que o Brasil era um país livre de preconceitos raciais, começava a ser questionada por diversos autores. Para Antônio Sérgio Guimarães (2001, p.19)

(...) ‘democracia racial’ foi o modo como Arthur Ramos, Bastide e outros, traduziram as ideias expressas por Freyre em suas conferências na Europa, em 1937, na Universidade da Bahia e de Indiana, em 1943 e 1944, respectivamente. Ideias essas caudatárias, elas próprias, das reflexões de Freyre sobre a formação patriarcal da sociedade brasileira.

O livro de Elza Nadai e Joana Neves, após tratar da abolição da escravidão, traz como leitura complementar, no final do capítulo, um texto de Emília Viotti da Costa sobre o mito da democracia racial, em que é citado o exemplo de Machado de Assis. Ele era um mulato, mas foi sempre tido na alta sociedade da época como um homem branco. Naqueles tempos, seria considerada uma ofensa com o literato chamá-lo de mulato, já que ele próprio sentia vergonha de sua origem étnica. Dessa forma, cabia à elite “não perceber” que algumas pessoas ilustres fossem mulatas ou negras no Brasil.

O livro de Gilberto Cotrim traz um capítulo intitulado “Os elementos étnicos e a formação sócio-cultural no Brasil”. Ali o autor procura desfazer o mito da democracia racial. Menciona o quanto os três elementos étnicos que formaram o Brasil (negro, índio e branco) são importantes e foram incorporados à cultura brasileira, mesmo que a herança do índio e do negro tivesse sido limitada pelos valores da sociedade ou destruída devido a situações de submissão na sociedade. Porém, a posição do autor de trazer para o cotidiano do aluno a herança cultural e social das três etnias já se configurava em importante elemento para discussão em sala de aula.

Uma questão que se percebe com nitidez é que os livros didáticos mencionados retratam os negros apenas até a abolição da escravidão, encerrando aí a sua presença nos manuais didáticos. É como se, após a abolição, o negro não existisse para a história. É como se, uma vez liberto, o negro passasse a ser visto e aceito sem preconceitos e como cidadão na sociedade brasileira. Como afirma Kátia Maria Abud (1986, p. 46), “o livro didático tem sido um dos mais utilizados canais de transmissão e, sobretudo, de manutenção dos mitos e estereótipos que povoam a história do Brasil”.

Os anos de 1980 foram marcados por discussões e propostas de mudanças na disciplina de História no Ensino Fundamental e no Médio com o objetivo de resgatar o papel da disciplina no currículo. A principal crítica de professores daquela época era que a história ensinada tinha um enfoque excessivo na Europa, sendo a História do Brasil pouco valorizada. Foi um período de imensa criatividade no ensino de História, e de uma busca constante por uma nova forma de ensino que resgatasse e procurasse dar voz aos excluídos da sociedade, rompendo, assim, com a maneira tradicional de ensinar, introduzindo novos materiais, fontes e questões (FONSECA, 1993).

No que diz respeito aos trabalhos acadêmicos, os historiadores, revisitando antigas ou incorporando novas fontes, e valendo-se de um arcabouço teórico-metodológico renovado, provocaram, em diferentes regiões do Brasil, uma renovação da historiografia a respeito dos trabalhadores e da escravidão. Essa renovação iniciada na pesquisa teria enorme impacto posterior sobre o ensino da disciplina. Nadir Helfer (1997, p. 108) enaltece esse repensar da forma de ensinar história nos anos 1980 ao afirmar que:

(...) na produção historiográfica, a partir da década de 80, surge um repensar dos temas, pressupostos e interpretações, resultando em novas abordagens como a História social, do cotidiano, das mentalidades. O repensar do ensino de História se estende às associações científicas como a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); congressos, seminários, encontros e debates, envolvendo os diferentes graus de ensino; os meios de comunicação também participam dos debates sobre os rumos do ensino de História. As discussões priorizavam propostas alternativas para o ensino de História, procurando romper com o caráter reprodutivista que tradicionalmente é conferido ao 1º e 2º graus, questionando o livro didático, as metodologias utilizadas, o sistema de avaliação, entre outros aspectos. As discussões foram se transformando em publicações que circulavam entre os professores de norte a sul do País.

Apesar dos avanços havidos no campo da historiografia, que tiveram imensas repercussões nos cursos de graduação e de pós-graduação em História do país, os reflexos desses avanços custaram a chegar à escola básica e aos livros didáticos. Em muitos lugares, sequer chegaram. Desde a época em que a disciplina História passou a integrar o currículo escolar, há uma interlocução entre o ensino e a produção teórica e científica do conhecimento histórico (PCNs, 1998). Porém, com o passar do tempo, passou a haver um descompasso, uma grande defasagem entre as inovações teóricas e metodológicas realizadas por pesquisadores sobre o conhecimento do passado e a forma como essa mesma produção vem sendo trabalhada didaticamente na escola pelos professores. Isso decorre, em parte, do fato de a história ensinada na escola não ser a mesma que se ensina na universidade (PEREIRA; SEFFNER, 2008), haja vista que os objetivos são diferentes. Pretender transformar o aluno do

Ensino Fundamental ou do Médio em um pequeno historiador é, indiscutivelmente, um equívoco (BITTENCOURT, 2004). A escola básica não tem por objetivo formar historiadores, mas “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Mas esse descompasso decorre também, em grande parte, pela acomodação e pelo receio de muitos profissionais da educação em aplicar mudanças ao optarem por continuar a aplicar métodos tradicionais de ensino.

Livros didáticos recentes

A fim de melhor dimensionar a presença de negros nos manuais de História nos anos 1980, resolveu-se compará-los com alguns livros didáticos utilizados nas escolas do Município de Santa Cruz do Sul atualmente.

A primeira questão a colocar a respeito dos livros didáticos recentes é que, diferentemente daqueles dos anos 1980, quando se tinha somente um livro para os três anos do 2º Grau, hoje costuma-se ter um volume para cada um dos três anos do Ensino Médio. A segunda questão é que, atualmente, os livros têm como metodologia de ensino a história integrada ou a história temática. A história integrada é a metodologia mais utilizada nos livros didáticos atuais (BRASIL, 2012).

Na metodologia de história integrada, os conteúdos são organizados em uma sequência cronológica europeia, intercalando e combinando conteúdos de História do Brasil, da América, da África e da Ásia. Já nos livros que adotam uma metodologia de história temática, os conteúdos são organizados por temas, rompendo com a forma cronológica. Os três livros analisados nesta pesquisa utilizam como metodologia de ensino a história integrada.

O primeiro livro analisado é “História Geral e do Brasil”, de Cláudio Roberto Vicentino e Gianpaolo Franco Dorigo, da editora Scipione, de 2012. A coleção é formada por três volumes, que trazem atividades diversificadas, como a utilização de reproduções de pinturas, fotografias, cartazes, charges e documentos escritos, para levar o aluno a refletir e a discutir o conteúdo. Os assuntos são organizados de forma cronológica e intercalam a história geral com a do Brasil. No final de cada capítulo, é apresentado um esquema-resumo do conteúdo, exercícios extraídos de provas de vestibular e de provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sugestões de leituras complementares e bibliografia. Em relação à metodologia da História, a coleção não se filia a uma única vertente historiográfica. Os negros

estão presentes nos três volumes, nos conteúdos referentes à escravidão, ao colonialismo e à descolonização.

QUADRO 4: Presença do negro no livro didático “História Geral e do Brasil”

CAPÍTULOS	SUBCAPÍTULOS
Volume 1	Volume 1
Os primeiros agrupamentos humanos	- Processo e atraso cultural
Civilizações antigas	- Discutindo a história - América e África
Volume 2	Volume 2
A colonização portuguesa na América	- Projeto agrícola da exploração colonial portuguesa - Administração colonial portuguesa e os poderes locais
A diáspora africana	- Deslocamentos populacionais forçados - Povos africanos na época moderna - A inserção do escravismo no sistema econômico mundial
América portuguesa: expansão e diversidade econômica	- As invasões de nações europeias - Outras atividades e expansão territorial - Outros projetos: as rebeliões
A construção do estado brasileiro	- Práticas imperialistas - A marca do colonialismo na África
África e Ásia no século XIX	- Sociedade escravagista em ebulição - Economia e sociedade - A política externa e o declínio do império oligárquico
O Segundo Reinado no Brasil	- O fim do Império
Volume 3	Volume 3

O Brasil, uma república (1889 – 1914)	- O apogeu da ordem oligárquica (1898 – 1914) - As lutas sociais
Descolonização e lutas sociais no “Terceiro Mundo”	- A descolonização africana e asiática

FONTE: Elaborado pelos autores a partir de VICENTINO; DORIGO, 2012.

O manual, além de retratar a presença dos negros desde sua origem (volume um), passando pela colonização do Brasil, traz, no volume dois, um capítulo todo a respeito da diáspora africana, havendo, no final do capítulo, um relato sobre a escravidão na África de 1500; o surgimento do dia da consciência negra; e dois textos que tratam do contexto de comunidades africanas libertas no Brasil durante o século XIX e que optaram por retornar ao Benin. No volume três, segue nesse percurso, indo além da escravidão, informando dados sobre a África atual e o processo de descolonização ocorrido após a Segunda Guerra Mundial.

O segundo livro analisado é “Novo Olhar História”, de Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg, da editora FTD, de 2010. A coleção é formada por três volumes, compostos por textos, reproduções de pinturas, de objetos e de fotografias. No final de cada capítulo são apresentados textos complementares, imagens, exercícios, sugestões de filmes, livros e *sites* visando dar condições para ampliar o conhecimento do aluno sobre o tema estudado. A metodologia empregada pelos autores se fundamenta na Nova História. Nos volumes, pode-se identificar a inserção de diferentes sujeitos nos processos históricos, a valorização da pluralidade cultural, aspectos relacionados ao cotidiano das sociedades, lutas e movimentos de resistência e a ênfase nas múltiplas temporalidades. Os conteúdos são organizados de forma cronológica, intercalando a história europeia com a da América, do Brasil e da África. Os negros estão presentes nos três volumes, em unidades específicas e na abordagem de temas como os modos de produzir, a organização política, as experiências religiosas e a produção cultural de diversas sociedades africanas.

QUADRO 5: Presença do negro no livro didático “Novo Olhar História”

CAPÍTULOS	SUBCAPÍTULOS
Volume 1	Volume 1
Povos Antigos da África	- O continente africano

Reinos e Impérios da África	- Os povos africanos - Os mulçumanos da África - O Islã em outras regiões da África - Ler para saber (A memória das sociedades africanas)
Volume 2	Volume 2
A África e a chegada dos europeus	- O século XV na África - Reinos e Impérios africanos - Feitorias portuguesas na África - Ler para saber (A fortaleza de São Jorge da Mina)
A conquista e a colonização portuguesa na América	- Africanos no Brasil - Os engenhos de açúcar - A sociedade colonial urbana
A expansão das fronteiras da colônia	- A exploração do ouro - A sociedade do ouro - A resistência africana - Explorando o tema (As tradições africanas no Brasil: as congadas)
O Império do Brasil	- O Brasil pós-independência - O período regencial - Começa o segundo reinado - A produção de café no Brasil - O movimento abolicionista - Ler para saber (O trabalho forçado)
Volume 3	Volume 3
A industrialização e a expansão imperialista	- O Imperialismo - As consequências do Imperialismo - Explorando o tema (Racismo e etnocentrismo)
A primeira república	- O final do período monárquico - Explorando o tema (Os afro-brasileiros depois da abolição)
Movimentos de independência na África	- A África no pós-guerra - Os processos de independência na África - As novas nações africanas - A arte nos novos países africanos - Ler para saber (Os problemas dos países africanos)

FONTE: Elaborado pelos autores a partir de Pellegrini; Dias; Grinberg, 2010.

Esse livro didático vai muito além da temática da escravidão no enfoque que dá ao negro. Além de temas históricos tradicionais, aborda assuntos como os movimentos de

independência na África; organização política na África atual, cinema, arte, literatura e música das sociedades africanas contemporâneas. O manual também investe em trazer para os alunos sugestões de filmes, livros e *sites*, visando despertar o interesse e a curiosidade do aluno sobre o tema estudado. Outro ponto relevante da coleção é a inserção da mulher em diferentes períodos da história. Além disso, no final do capítulo “A conquista e a colonização portuguesa na América”, do volume dois da coleção, traz dois textos de historiadoras que tratam de como as tradições africanas do Brasil colonial conseguiram sobreviver e chegar aos dias atuais.

O terceiro livro analisado é “História Global: Brasil e Geral”, de Gilberto Cotrim, da editora Saraiva, de 2010. Os conteúdos são organizados de forma cronológica, intercalando-se história geral e do Brasil, desde as sociedades ágrafas até os dias atuais, com enfoque historiográfico centrado na história política e econômica. No que respeita à metodologia da História, focaliza a história política e econômica de diversas sociedades por meio de uma abordagem cronológica e de cunho informativo. É formado por um único volume, sendo integrado de textos, de reproduções de imagens, de pinturas e de mapas. No final de cada capítulo, apresenta a seção Oficina de História, com questões que aprofundam e estimulam o tema estudado, contribuindo para a formação do pensamento crítico do aluno. No final do livro, há sugestões de filmes e livros, testes com questões dos principais vestibulares do país, além de uma indicação bibliográfica. Os negros estão presentes em unidades específicas, ao abordar temas como a história africana, a escravidão, o colonialismo e a descolonização da África.

QUADRO 6: Presença do negro no livro “História Global: Brasil e Geral”

BLOCOS TEMÁTICOS	CAPÍTULOS
Pré-história	A origem humana;
Brasil Colônia	- Economia colonial: o açúcar - Tráfico Negro e escravidão - Economia colonial: Mineração
O Brasil no século XIX	- Independência política no Brasil - Primeiro Reinado (1822-31) - Período Regencial (1831-40) - Segundo Reinado (1840-89) - A crise do Império - Abolicionismo

O mundo contemporâneo	- Descolonização e conflitos regionais - Países ricos e pobres e a globalização
-----------------------	---

FONTE: Elaborado pelos autores a partir de COTRIM, 2010.

Por meio do quadro, pode-se perceber que a presença dos negros é retratada em várias partes ao longo do livro. No entanto, ela é mais aprofundada no capítulo “Tráfico Negreiro e escravidão”, que inicia com a origem dos povos da África e sua diversidade cultural; segue com um anexo sobre o reino do Congo; as rotas do tráfico negreiro e a viagem dos navios; os diferentes grupos étnicos de escravos no Brasil; um anexo sobre a cultura negra; e um subcapítulo intitulado “Luta de escravos”, que retrata as diversas formas de resistência dos negros à escravidão (como, por exemplo, a maneira como eram realizadas as fugas individuais ou coletivas, as negociações com os senhores, e a violência contra si mesmos e contra senhores e feitores), a resistência quilombola, o cotidiano do quilombo dos Palmares, as lideranças de Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares (tio e sobrinho), além do surgimento do dia da consciência negra. Nos capítulos finais do livro, é analisado o processo de descolonização e independência dos países da África.

Considerações finais

Os livros didáticos de História mudaram, e muito, de 1980 para cá. E mudaram para melhor. Afirma-se isso apesar de, aqui, somente ter-se feito menção aos conteúdos em que o negro aparece inserido nos manuais. Entende-se que dois fatores foram cruciais para impulsionar essa mudança no que diz respeito à forma e aos conteúdos em que a escravidão e o negro aparecem nos livros didáticos. Elas são, não necessariamente nessa ordem de importância: a) a revolução da historiografia brasileira ocorrida a partir dos anos 1980, nomeadamente das pesquisas acadêmicas sobre a escravidão; b) as políticas públicas implantadas pelo governo federal no que diz respeito ao ensino da história e da cultura afro-brasileira e à implementação da avaliação metodológica dos livros didáticos distribuídos gratuitamente nas escolas de Ensino Médio do país. Nessa análise, não se pode desconsiderar o protagonismo desempenhado pelos plurais movimentos negros atuantes no país que, com suas mobilizações e pautas reivindicatórias, tornaram-se mais visíveis à academia e pressionaram o governo federal a fazer concessões.

A partir da década de 1980 do século passado passou a ocorrer uma verdadeira revolução na historiografia sobre a escravidão no Brasil (CHALHOUB; SILVA, 2009). A diversidade de fontes utilizadas e de temas abordados permitiu remontar trajetórias de vida de personagens e de famílias cativas; possibilitou que formas implícitas e explícitas de resistência escrava viessem à tona; corroborou para que negociações e conflitos no sistema escravista fossem desbaratados. Muitas dessas pesquisas tiveram em Edward Palmer Thompson uma forte inspiração, enfatizando o protagonismo dos escravos nos mais variados sentidos, especialmente no que diz respeito a suas vidas. Além do historiador inglês, muitos dos trabalhos recentes sobre o trabalhador cativo sofreram a influência da micro história italiana, o que favoreceu a redução da escala de análise enquanto procedimento analítico. A escolha de uma localidade para discutir questões mais amplas e as análises microscópicas possibilitaram verificar situações não perceptíveis na escala macro (MATHEUS, 2012). Essas pesquisas deixam evidente a complexidade que foi a escravidão no Brasil. Uma parcela desse conhecimento gerado passou a ser incorporado aos livros didáticos. Isso tornou possível ao aluno do Ensino Médio identificar o negro enquanto ator social, enquanto sujeito histórico, particularmente no que diz respeito à sua vida.

A criação da Lei 10.693/03 ajudou, e muito, nas discussões em sala de aula a respeito dos negros. Por causa dela, muitas escolas conseguiram “enxergar” seus alunos afrodescendentes além do dia da consciência negra. A lei passou a induzir também a maneira como os livros didáticos são escritos. Nesse sentido, o PNLD, criado em 1985, corroborou para propagar as novas discussões a respeito da presença dos afrodescendentes por meio dos livros distribuídos gratuitamente em todo o país.

Os livros didáticos atuais chamam a atenção pelo fato de estarem sendo utilizados como uma mercadoria. Os conhecimentos neles inseridos devem, além de atender aos objetivos do autor, atender aos interesses da editora, que por sua vez, procura fazer um livro que esteja em consonância com as políticas educacionais atuais – inscritos nos PCNs e nas Diretrizes Curriculares Nacionais – expressas nos editais no PNLD. Em grau menor, mas igualmente importante, o livro deve ser considerado interessante e atraente para o professor e para o aluno. Isso faz com que o livro seja considerado uma mercadoria, que precisa ser avaliado, e “passar” em um rigoroso “controle de qualidade”.

O fato de uma obra não estar incluída no Guia Nacional do Livro Didático gera efeitos indesejáveis financeiramente para autores e, especialmente, para editoras. Estas dependem que seu livro seja bem avaliado pelo MEC, para ser comprado em enormes quantidades pelo governo e, com isso, gerar lucro para a editora. Quando isso não acontece, pode ocorrer o

desaparecimento e/ou fusão de editoras (MIRANDA; LUCA, 2004). E é esse o fator pelo qual as editoras que se habilitam a fornecer livros pelo PNLD procuram autores que possam se enquadrar nos quesitos formulados pelo Programa.

Em suma, com esta pesquisa, foi possível perceber o quanto o livro didático é importante para a formação dos estudantes de escolas públicas e como ele muda com o passar do tempo. Todavia, não existe livro didático capaz de mudar sozinho o pensamento de uma geração de estudantes sem a ajuda de um professor. Um bom professor é capaz de transformar um livro didático “ruim” em um material de pesquisa para a desconstrução do pensamento, transformando-o em um bom material de debate e de discussão em sala de aula.

Referências

- ABUD, Kátia Maria. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *Repensando a história*. São Paulo: Anpuh/Marco Zero, 1986.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BITTENCOURT, Circe Maria. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, C. M. (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 69-90.
- BRASIL. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação: lei 9.394/96*. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história*/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Médio: História* / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC /SEF, 1998.
- BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Ensino Médio: História*/Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2011.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 542p.

- CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). *O livro didático de história em transição*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CHALHOUB, S.; SILVA, F. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*. Campinas, vol. 14, n. 26, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.
- CHARTIER, Roger (Dir.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- COTRIM, Gilberto. *História do Brasil para uma geração consciente*. São Paulo: Editora Saraiva, 1985.
- COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. *Revista Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 1, 2000. p. 87-106.
- ESAÚ, Elias de; PINTO, Luiz Gonzaga de Oliveira. *História do Brasil*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, 1984.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cad. Cedes*. Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. São Paulo: Papirus, 2003.
- FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.
- HELFER, Nadir Emma. *Concepções de mundo presentes no ensino de História, de 5ª a 8ª séries, em escolas estaduais da área de abrangência da 6ª Delegacia de Educação (1961-1990)*. Santa Cruz do Sul, UNISC, 1997. (Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul).
- MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinos, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, 2004. p.123-144.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. *História do Brasil: da Colônia à República*. São Paulo: Editora Saraiva, 1982.

NADAI, Elza. O ensino de história n Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.13, n. 25/26, set. 92/ ago. 93. p. 143-162.

OLIVEIRA, Alaíde L. *O livro didático*. Belo Horizonte: Eddal, 1980.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 287, dez. 2008. p. 113-128.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SILVA, Marco Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 60, 2010. p. 13-33.

SOUZA, Renato João de; PIRES, João Ricardo Ferreira. Professores em Formação ISEC/ISED n.1, 2º semestre de 2010.

VICENTINO, Cláudio Roberto; DORIGO Gianpaolo Franco. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Scipione, 2012.

XAVIER, E.; CUNHA, M. F. Entre a indústria editorial, a academia e o estado: o livro didático de história em questão. *Cadernos do CEOM*. São Paulo: ano 25, n. 34, 2011 - Arquivos e tecnologias digitais.